



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **SHALON SERVICOS DE CONSERVACAO EIRELI**, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 1843, Sala 112 Torre – Joao Pessoa - PB, CEP 58.040-380, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.179.250/0001-00, presta serviços de terceirização de mão de obra.

CAPACITAÇÃO:

Declaramos ainda que tais serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo em nossos arquivos, até a presente data, fatos que desabonem a sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

OBJETO DO CONTRATO: 03 postos de Auxiliares de Limpeza 44 horas semanais.

VIGENCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses. De 01/07/2020 a 01/07/2021.

Campina Grande/PB, 09 de março de 2021.



Mário Sérgio E. de Oliveira
Mário Sérgio E. de Oliveira
Coordenador Administrativo
IPSEM



1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
IVANDRO CUNHA LIMA

Rua Vitorino de Almeida, 70 - Centro - Campina Grande - PB - CEP 58.400-280
Fone/Fax: (31) 3321-2179 - (31) 3321-1232 - 931 3321-1150

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de
288.502.384-87 - MARIO SERGIO LIMA DE
OLIVEIRA, Dou fe. Campina Grande - PB) -
09/03/2021 - 15:27 Selo Digital: ALD39538-NYYY

Em testemunho

Consulte a autenticidade em <https://valordigitalpb.jus.br>

Emol.: R\$ 10,48 FPP-2; R\$ 2,00 FARPEN; R\$ 0,31 ISSQN; R\$ 0,12 Total: R\$ 13,43



CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Siqueira Campos, 100 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 51.040-000
Tabelião Inteiro - Carlos Alberto Ribeiro de Aguiar

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Valido somente
selo digital. Sou fe

Bruno de Camara Barros Menezes - Superfidei
Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
Cicera Patricia da Silva - Escrevente Autorizada
Ulirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/08/2021 Emol: R\$ 3,27 - FPP(10%): R\$ 0,40 -
TSNR(20%): R\$ 0,73 - FPP(1%): R\$ 0,04 - FUNSEG(2%):
R\$ 0,07 - ISS(6%): R\$ 0,13 - TOTAL: R\$ 4,68 - Selo Digital
0074005 VFP00502102.03787 Consulte Autenticidade
em: www.tpb.jus.br/selo.digital





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2020
ADESÃO DE ATA Nº 01/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2020

CONTRATO Nº 007/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA
GRANDE - IPSEM E A EMPRESA SHALON
SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI - ME, PARA
OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM, com sede à Rua Maria Vieira César, nº 135, Bairro Jardim Tavares, Município de Campina Grande/PB, inscrito no CNPJ sob o nº 41.134.826/0001-20, neste ato representado pelo Presidente, Sr. **ANTÔNIO HERMANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 108.745.694-00, RG nº 258.110 2ª VIA SSP/PB, residente à Rua Vereador José Targino, nº 88, Bairro Catolé, Município de Campina Grande/PB, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **SHALON SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.179.250/0001-00, com sede à Rua Nossa senhora de Fátima, nº 1843, sala 112, cxpst 065, Torre, João Pessoa/PB, CEP nº 58.040-380, neste ato representada por **CARLOS ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 354.529.784-53 e RG nº 1.587.336 SDS/PE, residente e domiciliado na Rua: Dona Elvira, 350, Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes-PE, CEP: 54.490-002 denominada **CONTRATADA**, em vista do constante e decidido no Processo Administrativo nº 021/2020, ADESÃO À ATA nº 023/2020, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, supletivamente, pelos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e pelas Disposições do Direito Privado, nos termos e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO

1.1 O presente **CONTRATO** é decorrente da **ADESÃO** à **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** nº 023/2020, oriunda do **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP)** nº 047/2020, realizado com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Federal nº 7.892/13, Decreto Municipal nº 4.422/2019, Decreto Municipal nº 4.444/2019, Lei Complementar nº 123/2006, Resolução nº 1.219/2007 e nº 1.412/2009, que tem como órgão gerenciador a **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CAMPINA GRANDE/PB**.

1.2 Aplicam-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, o **TERMO DE REFERÊNCIA**, a **PROPOSTA DE PREÇOS** apresentada pela **CONTRATADA** NO **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP)** nº 047/2020 e a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** dela decorrente, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram expressamente ter pleno conhecimento.

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO REGISTRO

Rua Siqueira Campos, 190 - Santo Antônio - Recife - PE - Fone: (51) 3033-1111

Tabelião Interino - Carlos Alberto Ribeiro de Aguiar

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Válido somente com
selo digital. Dou fé.

[] Bruno de Camargo Barros Maciel - Substituição
[] Anderson Christian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cicera Pimenta da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/08/2021. Emissão: R\$3,27 - FERC(0,0%): R\$0,40 -
TANR(20%): R\$0,73 - FERM(1%): R\$0,04 - FUNSEG(2%):
R\$0,07 - ISS(15%): R\$0,18 - TOTAL: R\$4,69. Selo Digital
nº 0074005.WAY05202102.83785 Consulte Autenticidade
em: www.tpe.jus.br/selo digital





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente CONTRATO a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO SERVIÇO DE LIMPEZA para atender as necessidades do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE – IPSEM, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e valores registrados na Ata de Registro de Preços nº 023/2020.

2.2 Os serviços/fornecimento deverão ser prestados de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada e instruções do Contratante, documentos esses que são partes integrante do presente contrato, independente de transcrição.

2.3 Discriminação do objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	AUXILIAR DE LIMPEZA, 8 (OITO) HORAS DIÁRIAS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA.	PESSOA	02

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A dotação orçamentária para fazer face às despesas do presente CONTRATO é a seguinte:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM

Atividade: 09 122 2001 2081

Elemento da Despesa: 3390.39

Fonte de Recurso: 003

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O presente CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1 O valor total do presente CONTRATO é de R\$ 59.729,04 (Cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e quatro centavos), que corresponde a 12 (doze) parcelas de R\$ 4.977,42 (Quatro mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será mensal, devendo a CONTRATADA deverá apresentar a documentação de cobrança, obrigatoriamente no protocolo do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE

SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM, em 03 (três) vias, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão da nota fiscal, fatura ou outro documento legal, observadas as exigências da Legislação Tributária,

6.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado,

6.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato,

6.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante,

6.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos,

6.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.10 De acordo com a LEI MUNICIPAL nº 3.633/98, de 14 de novembro de 1998, será recolhido de cada pagamento processado o percentual de 1,5% (um virgula cinco por cento) em favor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

6.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 Os preços contratados são fixos pelo período de 01 (um) ano, exceto para os casos previstos no art. 65, §§ 5º e 6º da Lei nº 8.666/93.

7.2 Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do art. 65, inciso II, "d", da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1 O CONTRATO deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas avençadas e disposições constantes no Termo de Referência, respondendo cada uma pelas consequências de sua execução.

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO REGISTRO

Rua Siqueira Campos, 100 - Santo Antônio - Recife - PE - Fone: (81) 3031-3000
Tabelião Interino - Carlos Alberto Ribeiro Rosa

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Válido somente com o selo digital. Dou fé.

[] Bruno da Câmara Barros Mabele - Substituto
[] Anderson Crystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cicera Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ulirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/06/2021 - Emissão: R\$3,27 - FURC(10%): R\$0,40 -
TSNR(20%): R\$0,73 - FERM(1%) R\$ 0,04 - FUNREG(2%):
R\$ 0,07 - ISS(5%): R\$ 0,18 - TOTAL: R\$4,68 - Selo Digital:
nº 0074005 TUF052021-02-09788 Consulte Autenticidade em
www.tpe.jus.br/selodigital





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE**

CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo Fiscal de Contratos designado pelo CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 São obrigações do CONTRATANTE:

11.1.1 Cumprir, pontualmente, os compromissos financeiros acordados com a CONTRATADA;

11.1.2 Suprir a CONTRATADA de documentos, informações e demais elementos que possuir, necessários à execução do CONTRATO, bem como dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos;

11.1.3 Comunicar, formalmente, à CONTRATADA, em caso de devolução de documentos de cobrança, as razões da devolução;

11.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.5 Destinar local para a guarda dos materiais, equipamento e utensílios, quando for o caso.

11.2 A O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A CONTRATADA fica obrigada a prestar ao CONTRATANTE os serviços OBJETO do presente CONTRATO de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e nas CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

12.2 A CONTRATADA se responsabilizará pelo recolhimento de todos os Tributos Federais, Estaduais e Municipais, que direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre o OBJETO da presente CONTRATAÇÃO.

12.3 Ficará a CONTRATADA com a responsabilidade de comunicar, por escrito, ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM, tão logo sejam do seu conhecimento, os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o CONTRATO.

12.4 A mão-de-obra empregada pela CONTRATADA na prestação do serviço ora contratado, não terá nenhuma vinculação empregatícia com o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a esta, observando-se o disposto no Artigo 71, da LEI FEDERAL N° 8.666/93, e suas alterações posteriores.





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE

12.5 Todas as obrigações tributárias, fiscais, previdenciárias, sociais ou trabalhistas decorrentes da execução do OBJETO do CONTRATO, bem como os danos e prejuízos que a qualquer título causar ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM ou a terceiros em decorrência da execução do presente CONTRATO, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

12.6 A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO que resultou na Ata de Registro de Preço.

12.7 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do CONTRATO pelo IPSEM, na forma do art. 70 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 Cometer fraude fiscal.

13.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante

13.2.2 Multa moratória de 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3 multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE

- 13.2.7 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1;
- 13.2.8 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.3 As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- 13.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que;
- 13.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- 13.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;
- 13.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente;
- 13.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 13.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

- 14.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/1993 e com consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.
- 14.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 14.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE**

14.4.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1 É vedado à CONTRATADA:

15.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 Fica eleito o **FORO** do Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, com a expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes da execução deste **CONTRATO**.

E, por estarem assim justas e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Campina Grande, 01 de julho de 2020.

CONTRATANTE
ANTÔNIO HERMANO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

CONTRATADA
CARLOS ANTÔNIO ALVES DA SILVA
REPRESENTANTE LEGAL





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE

TESTEMUNHAS:

Ubirajara Gomes de Lima Neto

CPF Nº 075 078724-50

CPF Nº

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DE RECIBO

Rua Siqueira Campos, 190 - Santo Antônio - Recife - PE - Fone: (0800) 010000
Tabelião Inteiro - Carlos Alberto Ribeiro Romão

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Válido somente com
selo digital. Dou fé.

[] Bruno de Camara Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cicera Patricia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/05/2021. Emol: R\$0,20 - PERC(10%): R\$0,40 -
TSNR(20%): R\$0,73 - FERRM(1%): R\$0,04 - FUNSEG(2%):
R\$0,07 - ISS (5%): R\$0,18 - TOTAL: R\$1,69 - Selo Digital
nº 0074805.OYAD6202102.03791- Consulte Autenticidade
em: www.tpe.pe.br/selo-digital

